

Por trás de tudo, sucessão presidencial

A rolagem das dívidas dos estados e municípios foi levantada, pela primeira vez, há três semanas, em uma reunião do PMDB com sua Executiva e seus governadores, na residência do presidente do partido, Orestes Quércia, em Brasília. Os peemedebistas temiam que a arrecadação do Governo, proveniente do ajuste fiscal, pudesse ser aplicada "em outros setores que não o social, como saúde". Por trás dessa explicação, havia uma razão bem mais forte: as eleições do ano que vem. E para tentar amarrar, de alguma forma, a arrecadação, o PMDB começou a colocar como condição para votar o ajuste fiscal, a aprovação de um projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios.

Desde então, o que se viu no Congresso Nacional foram alianças insólitas, interesses implícitos e explícitos e um verdadeiro vale-tudo. As bancadas partidárias começaram a defender interesses de seus governadores, quando era o caso. PT e PDS estiveram juntos no processo de obstrução, dando carona ao PSDB que também não via razões para uma rolagem. PMDB e PDT, do outro

lado, jogaram pesado em favor dessa rolagem, em nome de Orestes Quércia e Leonel Brizola. No final entrou em cena o governador baiano Antônio Carlos Magalhães que, além de conseguir um refinanciamento para seu estado, minou no projeto eventuais subsídios a São Paulo. Quem melhor definiu o Congresso desses últimos dias, enfim, foi o deputado Maurílio Ferreira Lima: "A sucessão presidencial chegou aqui. No meio, brigam Quércia, Brizola e ACM. Na periferia, estão Tasso Jereissati e Lula".

Manobra — Em todo esse jogo, não se dispensou nem a substituição de deputados. O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, determinou que seu secretário de Agricultura, Aldo Pinto (PDT), assumisse de volta seu mandato de deputado federal, tirando o lugar do primeiro suplente, Jorge Uequet que, por ser do PSDB, votaria contra a rolagem. A manobra teve seu sucesso, afinal, para aprovação do requerimento de urgência para o projeto da rolagem, seriam necessários 252 votos e a votação final apertada ficou em 254.

Para evitar um subsídio anual

de cerca de dois bilhões de dólares para o Estado de São Paulo, o governador baiano, Antônio Carlos Magalhães, que comanda uma numerosa bancada no Congresso, exigiu que, para a dívida mobiliária, os juros da renegociação dessa dívida sejam equivalentes aos juros de mercado (e não apenas de seis por cento, como vinha sendo negociado). Além disso, Bahia também conseguiu, como parte do acordo, o refinanciamento de 800 milhões de dólares da dívida.

De tudo o que se viu, talvez o mais surpreendente tenha sido a emenda apresentada pelo líder do PDT, Vivaldo Barbosa. Ela permitia que parte da dívida fosse paga em ações de empresas públicas. Leia-se aí, metrô do Rio de Janeiro, empresa esta que o governador Leonel Brizola passaria a frente por Cr\$ 1,00, se conseguisse. O mais surrealista, no entanto, era o próprio texto da emenda, batizada de "emenda-metrô": "Toda obra iniciada no governo militar, em tempo de governador nomeado, que seja subterrânea, deverá ter 25 por cento de suas ações compradas pela União".